
Educação e ecoturismo no Nordeste semi-árido brasileiro

LUZIA NEIDE MENEZES TEIXEIRA CORIOLANO

Introdução

O Nordeste brasileiro é hoje uma das regiões do Brasil que mais cresce, apesar de estar entre as mais pobres. Há mais de quatro décadas, ricas experiências de desenvolvimento regional têm sido implantadas, dentre as quais tem destaque o turismo. O Nordeste corresponde a uma área de 1,55 milhões de km² ou 18% do território brasileiro. Sua população é de aproximadamente 28,12% da do Brasil. E se a parte de Minas Gerais que integra o Polígono das Secas for acrescentada, esse percentual sobe para 31,27%.

O estudo *Nordeste – entrada e saída de recursos*, produzido pelo Banco do Nordeste, mostra que essa região muito contribuiu para o desenvolvimento econômico das regiões mais ricas, ao contrário do que dizem as elites políticas econômicas e técnicas do Centro Sul. Embora o Nordeste tenha transferido recursos para financiar o desenvolvimento dessas regiões, tem respondido positivamente aos reduzidos estímulos governamentais. Pode-se verificar que “entre 1970 a 1992 a taxa de

crescimento do PIB nordestino superou a registrada para o país (5,5 contra 4,5%), o que ocorreu mesmo no período crítico dos anos 80, quando o PIB regional e nacional registrou crescimento inferior ao observado nas décadas anteriores” (CARNEIRO SOBRINHO, 1995:2). A participação do Nordeste no PIB nacional, segundo a SUDENE/IBGE, em 1995 foi de 15,9%. Esses dados mostram o desempenho da economia nordestina e levam também a acreditar na sua potencialidade e viabilidade. Pode-se dizer que o grande marco nesse processo de desenvolvimento foi a criação do Banco do Nordeste e da SUDENE em 1950, além dos incentivos fiscais dos anos 60, dos planos especiais dos anos 70, do desenvolvimento integrado dos anos 80, e do Prodetur e do Projeto Áridas nos anos 90. Da fruticultura e agroindústria irrigada à siderurgia, da metalúrgica e indústria de calçados a confecções, do comércio e lazer ao turismo, projetos se implementam tornando o Nordeste uma oportunidade atrativa para negócios.

Contudo, paralelamente ao desenvolvimento de setores importantes da economia nordestina, questões básicas ligadas à saúde, saneamento, educação e desemprego continuam afligindo a população. Em 1990, no Nordeste, 45,1% do total da população – mais de 19 milhões de habitantes – situavam-se abaixo da linha de pobreza absoluta. Características estruturais estão por trás dessa realidade nordestina como: extrema concentração de poder político, de riqueza, de renda.

O crescimento econômico marcante dessas últimas décadas na região pouco fez para melhorar as precárias condições das classes pobres. Há esforços e parcerias dos governos (federal, estadual e municipal) para mudar o quadro econômico, isto é evidente. Não têm faltado políticas e programas que tentam transformar o Nordeste, mas tudo dentro do modelo neoliberal e elitista, dentro de uma modernidade conservadora. Há, aparentemente, um esforço em busca do desenvolvimento, muitas vezes confundido com simples crescimento econômico.

Faz-se necessário mudar a visão de desenvolvimento, substituindo ou acrescentando indicadores. O progresso nacional não pode ser medido apenas pelo PIB, e nesse sentido o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) surge como uma grande contribuição metodológica por incluir três componentes básicos do desenvolvimento humano: a longevidade, o conhecimento ou índice de alfabetização e educação e o padrão de vida.

O programa Brasil em Ação tem pensado o desenvolvimento com planos e projetos,¹ porém eles ainda não atendem a todas as carências. Destaca-se, ainda, o pólo de desenvolvimento integrado do Nordeste, gerenciado pelo Banco do Nordeste, com 10 subpólos selecionados que contemplam todos os estados nordestinos, inclusive o norte de Minas Gerais.²

O Banco do Nordeste vem realizando trabalho de apoio ao desenvolvimento econômico local com metodologias inovadoras, tentando implementar um processo de articulação interinstitucional para desenvolver um mecanismo de gestão integrada das políticas públicas em apoio ao desenvolvimento da região. Nesse trabalho tem destaque o papel das comunidades, dos atores locais e um desenvolvimento que priorize sobretudo o homem, o chamado *desenvolvimento local*. Outro programa de destaque no Nordeste é o Programa de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur) que já beneficiou 100 municípios com projetos públicos e privados e o Programa de Ecoturismo.

1. Plano Nacional de Educação Profissional (Planfor), Programa de Expansão do Emprego e Melhoria de Vida do Trabalhador (Pró Emprego), Programa de Geração e Emprego e Renda (Proger), Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), Programa de Redução da Mortalidade Infantil, Pro-Saneamento, o Habitar Brasil, o Pro-Moradia e os Programas de Recursos Centralizados nas Escolas.
2. São eles: Urucui/ Gurgueia, no Piauí; Baixo Jaguaribe, no Ceará; Açú-Mossoró, no Rio Grande do Norte; Alto Piranhas, na Paraíba; Petrolina-Juazeiro, em Pernambuco e Bahia; Sul de Sergipe; Sul do Maranhão; Bacia Leiteira de Alagoas; Oeste baia-no e Norte de Minas Gerais.

Frente a tantos projetos, há que se perguntar por que o Nordeste não mudou o seu quadro social. O que se tem constatado nessa região é uma falta de educação básica, visto que os governos não priorizaram a educação. No cerne desses projetos, não se acreditou que a educação de base fosse a primeira condição necessária para vencer os desafios da pobreza e do subdesenvolvimento e para sustentar o turismo na região. Diz Castro (1994:15), um analista da situação educacional brasileira, que “o milagre brasileiro foi ter o Brasil chegado tão longe no processo de desenvolvimento com tão pouca educação, enquanto nossos concorrentes, os países desenvolvidos levaram a educação a sério”. No Nordeste, o crescimento econômico esqueceu o desenvolvimento do homem que se faz, sobretudo, com a educação.

Silva Filho (1999:01), analisando o Nordeste, cita Robert Lucas (Prêmio Nobel de Economia em 1995) que, falando dos nordestinos, questiona “se for da natureza desse povo ou dessa região o que o faz permanecer nesse estado de pobreza, que natureza é essa que não se verifica em outras partes do mundo onde o crescimento econômico ocorreu de um modo a retirar da miséria sua população?”.

Assim, ao se constatar que o Nordeste, uma das regiões mais populosas e ricas do Brasil, se estagnou durante séculos, que o poder político ficou nas mãos de uma aristocracia rural e conservadora que ignorou o atraso econômico e os problemas sociais, procura-se recuperar esse atraso, adotando medidas estratégicas de iniciativas governamentais, incluindo subsídios aos investimentos. Apesar de a capacidade do governo federal de incentivar o desenvolvimento regional ser relativamente baixa, suas políticas macroeconômicas são importantes. Precisam ser complementadas com as políticas de desenvolvimento local, realizadas pela iniciativa privada, pelas ONGs e, sobretudo, pelo poder local e comunidades. E o turismo oferece oportunidades para esses empreendimentos na esfera local.

1. A importância do turismo

O turismo poderá vir a ser uma das saídas para a economia nordestina desde que se invista no maior potencial dessa região que é sua população, e que se proteja, conserve ou recupere seu patrimônio natural e cultural. As capitais nordestinas foram os principais destinos turísticos brasileiros em 1998, dizem as estatísticas da ABAV – Associação Brasileira de Agentes de Viagens. Em 1996, 325 mil pessoas visitaram o Nordeste e os lugares mais visitados foram: Porto Seguro, Salvador, Recife, Fortaleza, Maceió e Natal.

As estatísticas mostram que existe uma tendência favorável ao crescimento do turismo internacional no Nordeste, em razão das alterações ocorridas nas preferências dos turistas que, nesta época de pós-industrialização e pós-modernidade, priorizam as áreas mais naturais e o ecoturismo.

Diz Souza (1997:117) que “no contexto das grandes regiões brasileiras, o Nordeste é a região que apresenta as maiores diversidades de quadros geoambientais”. As grandes unidades paisagísticas do Brasil são encontradas no Nordeste e passaram a ser atrativos turísticos. Na implementação dos vários projetos do Prodetur/NE, sustenta-se uma clara posição de considerar todos os estados do Nordeste, mercê de seu patrimônio físico, ecológico e cultural, passíveis de participar e ampliar efetivamente seus programas turísticos, com tônica maior no ecoturismo.

O Maranhão poderá se tornar um entroncamento turístico, onde passarão fluxos de vários pontos do país. Os turistas provenientes do Norte e do Centro Oeste podem se deslocar para o Nordeste passando por esse corredor. Neste Estado a região turística prioritária é a própria capital, Alcântara e o Litoral Leste integrado por Barreirinhas, Primeira Cruz, Humberto de Campos, Tutóia e Araiões. O Piauí possui expressivo potencial turístico com sete zonas de interesse em plena fase de expan-

são como a Zona do Litoral ou Costa das Dunas com os municípios de Parnaíba e Luís Correia, Zona dos Circuitos das Águas, Zona dos Sítios Arqueológicos, onde se destaca o Parque Nacional de Sete Cidades e Parque Nacional da Serra da Capivara, a Zona do Interior e a Zona dos Poços Jorrantes. O Rio Grande do Norte iniciou suas atividades turísticas nos anos 70 com a implantação do Hotel Thermas em Mossoró e o Projeto Via Costeira, Genipabu e Pipa em Natal; atualmente outras áreas se destacam como o Complexo Parque das Dunas. A Paraíba, com sua pacata e tranqüila João Pessoa, embora mais lentamente, também se prepara para receber fluxos turísticos. A chamada Zona Turística da Costa do Sol abrange o Centro Turístico de Cabo Branco e o Eixo Litoral Norte. Em Pernambuco destaca-se a Costa Dourada com o Centro Turístico de Guadalupe que implanta equipamentos turísticos em toda a área marítima e nas áreas turísticas de Carneiros, do Rio Formoso, do Campestre, da Reserva Biológica e a Área Rural. Em Alagoas a área turística é a Costa Dourada do Litoral Norte e o Centro Turístico de Camaragibe. Sergipe planeja seu turismo em todo o litoral onde se implantaram três projetos nas Zonas: Ecoturística do Litoral Norte, do Litoral Sul, além da Zona Turística de Aracaju-São Cristóvão. A Bahia já pode oferecer aos fluxos turísticos internacionais e regionais produtos diferenciados. Suas zonas turísticas são: Costa do Coqueiro, Costa do Descobrimento, Costa do Dendê, Costa do Cacau, Costa das Baleias, Chapada da Diamantina e Zona Turística da Baía de Todos-os Santos. O Ceará iniciou a implantação do turismo no litoral nas zonas turísticas da Costa do Sol Nascente e na Costa do Sol Poente. Na primeira zona implantou o Prodetur, identificando 3 Centros Turísticos: o do Lagamar do Cauípe, o do Rio Curu e do Rio Mundaú. Ampliou seus projetos turísticos para Serra Úmida de Baturité, para Chapada do Araripe, no Cariri; e as Chapadas: do Apodi, da Ibiapaba e para o Sertão Central.

O turismo no Nordeste tem se apresentado como potencial de desenvolvimento econômico em virtude de transformações em várias porções do território, o que lhe daria vantagens competitivas, em face de maiores “porções de primeira natureza” que se constituíram como fatores de uma imanente atratividade turística (BENEVIDES, 1998:331). A modernização das comunicações e das tecnologias possibilitou uma nova lógica da produção turística. Fala-se de um Novo Nordeste que rejeita as velhas formas de clientelismo e assistencialismo e propõe um novo discurso e uma nova política para a região. Erradicar a pobreza e ao mesmo tempo inserir o Nordeste na economia globalizada são rumos definidos para a região. Dentre as políticas públicas para o Nordeste surgem os *clusters* – aglomerações de atividades econômicas afins ou núcleos integrados de competitividade. A metodologia dos *clusters* consiste na elaboração diagnóstica das atividades econômicas, na implementação de um plano estratégico, na discussão participativa, na análise do desempenho comparativo de competitividades, na identificação de obstáculos, na divisão de responsabilidade entre as esferas públicas e privadas e na eliminação dos gargalos identificados.

O projeto *Iniciativa pelo Nordeste: uma estratégia de desenvolvimento competitivo*³ identificou no Nordeste 14 atividades com características promissoras de desenvolvimento

3. Segundo esse documento a nova retomada de desenvolvimento da economia nordestina vem sendo empreendida desde 1996, sob os auspícios dos governos estaduais de toda a região, através das Secretarias de Planejamento, da Comissão de Políticas para o Nordeste, do Senado Federal, do Banco Mundial (BIRD), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), da Secretaria de Políticas Regionais do Ministério do Planejamento e Orçamento (SEPRE/MPO), do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), do Banco do Nordeste (BNB), do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), do Ministério de Ciências e Tecnologia (MCT) e da esfera privada.

competitivo. A produção de grãos, a fruticultura e o turismo, por seu estágio de elevado potencial de competitividade internacional e por indicarem interesses simultâneos do maior número dos estados do Nordeste, foram escolhidas como as atividades a serem desenvolvidas nesta primeira etapa de implantação da estratégia. Assim o *cluster* do turismo no Nordeste do Brasil, que esteve altamente concentrado ao longo do litoral, com o turismo de praia, está agora interessado em direcionar as atividades para outros segmentos do turismo, incluindo o turismo cultural, religioso, de aventuras, de saúde, de natureza, direcionando-se para o interior dos estados. Sobretudo verifica-se que o baixo nível de educação na região constitui o maior gargalo a ser enfrentado. Assim, a atividade turística supõe uma base educacional. O Nordeste precisa se educar para conviver com o turismo e aproveitar seu patrimônio natural para implementar o ecoturismo.

2. O ecoturismo

Para compreender o que é ecoturismo, faz-se necessário entender primeiro o que é ecologia e, em seguida, o que é turismo. Ambos vêm ocupando considerável espaço no mundo atual, fazendo-se necessário que se investiguem quais as razões para que isso aconteça.

Uma das razões para a emergência da ecologia é, certamente, o tipo de sociedade que se produziu: destrutiva e segregadora, que destrói as bases de sua reprodução: a natureza e o homem, preocupa-se com produção e reprodução do capital, sacrificando a reprodução da vida. A estruturação global das relações homem-recurso ocorreu de forma que uma minoria de países tem se apoderado dos recursos naturais, em detrimento da maioria. Esse modelo se repete em cadeia, permeia as esferas nacionais, regionais e locais e forma

uma sociedade segregada, com aqueles que possuem tudo e os que nada têm.

Já a emergência do turismo pode ser explicada pela necessidade do ócio e pela expansão do mercado, que acaba criando novas mercadorias e novas necessidades, direcionadas ao tempo livre e ao lazer. O turismo é uma forma moderna de lazer. Contudo, essa atividade poderá vir a ser uma atividade de sustentação de um novo modelo de desenvolvimento, ou de um desenvolvimento alternativo. Alguns motivos podem justificar essa função atribuída ao turismo: o crescente número de pessoas incorporadas às atividades econômicas do tempo livre e do lazer, o volume de recursos que o turismo pode carrear para os núcleos receptores, a necessidade de proteção do patrimônio natural, cultural e as bases educativas necessárias para sustentar e desenvolver o setor, que termina por desencaixar um processo socioeducacional nas áreas visitadas.

"O turismo abre espaço para o uso da liberdade, da criatividade, do intercâmbio de idéias e experiências existenciais e também para o fortalecimento da solidariedade. Faz fluir o espírito pacifista e descontraído, enobrece a cidadania, sendo o veículo de transmissão de mensagens transformadoras num mundo tenso e angustiado." (QUINTÃO, 1990:33)

O turismo que não se firmar em bases educativas, de conservação da natureza e das culturas está condenado a ser desprestigiado e a desaparecer. Atualmente, os maiores exigentes são, além dos turistas, os próprios investidores que sabem que só venderão seus pacotes se forem reconhecidos nacional e internacionalmente pelos selos de conservação ambiental. Os princípios básicos exigidos atualmente para qualquer tipo de turismo são a proteção, conservação e preservação dos recursos naturais, a preservação dos hábitos e costumes da sociedade local, a inclusão da população local nos

processos de planejamento e execução do turismo, a interiorização das atividades e as parcerias.

O ecoturismo ou o lazer em contato com a natureza surge como uma proposta conservacionista, pois é um tipo de turismo que passa a ter cuidados com o meio ambiente, valoriza as populações locais, exige qualidade de vida, hospitalidade, recreação, segurança e serviços interrelacionados. No entanto, essa atividade acaba também por gerar uma contradição típica da ética capitalista, burguesa e individualista que pensa evitar ou mitigar os efeitos destrutivos, sem eliminar as causas. Diz Yázigi (1998:91) que “o prefixo eco pretende ter um efeito moralizante”. Sendo assim, o ecoturismo apresenta-se carregado de ideologias e intenções que precisam ser identificadas. Considerando ainda que os princípios da ecologia devem pautar toda ação humana e que todo turismo deve ser ecológico, ou seja, deve usar racionalmente o ambiente, há que se definir o que é o ecoturismo. Este momento histórico, chamado por muitos de pós-industrial, prioriza os serviços, ou seja, o terciário e o consumo. E entre essas várias formas de serviços do mundo moderno, o turismo é um dos que se apresenta com maior destaque, com imenso espaço para a produção, envolvendo um grande número de indivíduos, idéias, capitais e, sobretudo, sonhos, emoções, magias e ilusões.

O turismo, nos chamados “países periféricos”, precisa ser estudado, analisado e redirecionado, para que não passe apenas de uma ilusão, ou mais uma forma de exploração. O espaço físico, tanto o natural como o produzido, constitui a base da atividade turística, pois é nele que se realizam as atividades, os sonhos e os encontros.

O ecoturismo é uma modalidade de turismo, motivado pela descoberta de que a natureza é um recurso natural que pode ser transformada em recurso turístico ou objeto de consumo. Assim, ele pode ser definido como uma forma a mais de consumo – e dessa vez mais perigosa – porque invadiu as

entranhas da natureza, que deveriam ser preservadas. Ou, por outro lado, é o ecoturismo uma forma de valorização da natureza, uma forma de conservá-la? É o reencontro do homem com a natureza, da qual faz parte, para uma reintegração? Uma tentativa de inserir o turismo no modelo do desenvolvimento sustentável? Qualquer tipo de turismo precisa atender às exigências da ecologia, integrando lazer, conservação da natureza/sociedade e valorização da cultura. Todo turismo precisa ser ecológico. E se todo turismo deve ser ecológico, o que é ecoturismo?

3. A ecologia para a compreensão do ecoturismo

As palavras ecologia e economia são derivadas da palavra grega *iokos* que significa casa. Ecologia é a ciência que estuda a casa, com a economia doméstica, ou seja, as relações entre os seres vivos e o meio em que vivem, considerando todas as suas interações. Estuda o que acontece nessa grande casa que se chama natureza, ou planeta terra. Ao lugar onde ocorrem todas essas relações dá-se o nome de meio ambiente ou simplesmente ambiente. O meio ambiente pode ser o mangue, o cerrado, o pantanal, a praia, mas pode ser também uma cidade ou um shopping. As cidades são vistas atualmente como um dos maiores ecossistemas que abrigam uma espécie importante, a pessoa humana, o homem e a mulher.

Ecologia não é apenas a conservação do meio ambiente natural, não se limita apenas ao ambientalismo, mas se estende às relações de intercâmbio e transformação de energia entre os seres vivos, envolvendo a relação de todas as coisas existentes umas com as outras. Sendo assim, a ecologia se estende a todos os ramos do conhecimento, desde a biologia, a geografia até a economia e a política. Ela é interdisciplinar, mas é mais que isso, é transdisciplinar, ultrapassa as discipli-

nas acadêmicas fazendo-se necessária em qualquer atividade humana. O agricultor, o pastor, o caçador, o pescador, o comerciante, a dona de casa, o empresário, o turista, todos precisamos aprender a cuidar da natureza, “desenvolver a ética do cuidado” de que fala Boff (1999:134). “Cuidado significa desvelo, solicitude, diligência, zelo, atenção, bom trato. A atitude do cuidado pode provocar preocupação, inquietação e sentido de responsabilidade.”

Meio ambiente é na atualidade um conceito muito amplo, pois abrange a natureza natural e a cultural, ou seja, a própria sociedade. Compreende também os bens correlatos da natureza como a água, o solo, a flora, a fauna, as belezas naturais, ou os correlatos da sociedade como o patrimônio histórico, cultural, paisagístico e arqueológico, transformados em atrativos turísticos. Resulta da interação dos níveis naturais, sociais, econômicos, políticos e culturais. O meio ambiente como categoria científica pode ser compreendido como o meio global, o entorno natural, os objetos ou artefatos da civilização. É o conjunto de todos os fenômenos sociais e culturais que configuram e transformam os indivíduos e os grupos humanos. É no ambiente que ocorrem as relações sociedade-natureza. A relação do homem com a natureza implica as complexas relações entre os homens e entre estes e a natureza. Pode-se verificar que esses fenômenos estão submetidos a leis e forças diferenciadas: as leis sociais e as leis naturais. Há em nosso entorno, ou em qualquer paisagem, seja natural ou construída, uma estreita correlação entre todos os elementos naturais, sejam físicos, químicos ou biológicos e desses com os elementos culturais.

Embora a Ecologia seja uma ciência nova, muitos povos antigos já aplicavam seus princípios há milhares de anos. Cada vez que alguém se interessa em saber o que são as coisas que nos rodeiam e qual o papel que elas desempenham no ambiente, como elas se afetam ou são afetadas por outros or-

ganismos, está pesquisando sobre ecologia. Nessas observações pode-se ver que a complexidade é uma das características mais visíveis dos ambientes. Por complexidade se entendem os múltiplos fatores, energias, relações, inter-relações, que caracterizam cada ser ou conjunto de seres do universo. Tudo está em relação com tudo. Nada existe de forma isolada, mas co-existe e interexiste com os outros seres, formando a teia da vida que deve ser preservada. A natureza e o universo não constituem simplesmente um conjunto de objetos, mas uma teia de relações em constante interação. Toda essa complexidade deu origem a esse sistema dinâmico, aberto a novas interações, que é o meio ambiente.

Ilya Prigogine, Prêmio Nobel de 1977, demonstrou que a ordem se faz através de flutuações (ordem – desordem – nova ordem). A ordem e a desordem no universo nunca são estáveis, mas se alternam em busca de equilíbrio. É essa a lei e o mecanismo principal do processo de evolução em todos os domínios, nos campos energéticos, nos átomos, nas galáxias, nos sistemas biológicos, nas sociedades humanas, nas culturas e nas pessoas. O desafio de quem quer compreender o meio ambiente, ou mesmo o ecoturismo, é entender como funcionam esses sistemas.

Desde a década de 1930 a ecologia ampliou seu campo para as áreas econômica, social, urbana, política e humana. Portanto, pensar o meio natural ou a primeira natureza implica compreendê-la como uma segunda natureza ou a própria sociedade, com determinações econômicas, políticas e culturais. A ecologia é parte constituinte das ciências humanas, estuda as estruturas e o desenvolvimento das comunidades humanas em suas relações com os ambientes, suas conseqüentes adaptações, assim como os novos aspectos que os processos tecnológicos ou os sistemas de organização social passam a acarretar para as condições de vida em toda a biosfera.

A matéria e a energia são distribuídas de maneira econômica através de sistemas integrados de seres vivos e ambientes que formam os ecossistemas. “Foi o conceito de ecossistema que harmonizou a herança organicista com o reducionismo científico. Foi esse conceito que deu ao movimento ecológico uma dimensão quase espiritualista e uma credibilidade científica ao mesmo tempo. A Ecologia deixa as faculdades de biologia e migra para as consciências de todas as pessoas”, afirma Sachs (2000:124). Os ecossistemas passam a ser um tema de interesse de todos. Por ecossistema se entende um sistema de componentes abióticos e bióticos, do qual se formam os organismos, que estão estrutural e funcionalmente relacionados por processos físicos, químicos e biológicos.

Sutton y Harman (*apud* MOLINA, 1994:66) classificam os ecossistemas em *naturais não controláveis*, isto é, as montanhas, os lagos, as praias, e *naturais controláveis* ou os parques, os bosques; as áreas de proteção natural, os ecossistemas *produtivos* como as fazendas, os sítios, as chácaras, áreas naturais onde o homem trabalha de forma ostensiva; e os ecossistemas *urbanos* ou as vilas e as cidades onde é possível o estabelecimento de populações. Todos esses ecossistemas se encontram na biosfera, que é a região do nosso planeta que contém todo o conjunto de seres vivos, na qual a vida é permanente e plenamente possível, seja na litosfera, na hidrosfera ou na atmosfera. A manutenção da vida na biosfera depende da conservação das condições físico-químicas necessárias à composição e atividade dos seres vivos, inclusive do homem. É nesse meio físico, conhecido por ambiente ou habitat, em que vivem todos os seres vivos. Isso implica a presença de fatores e substâncias úteis e necessários à vida e de substâncias e fatores tóxicos, porque todas as atividades humanas modificam as características de estrutura e composições da biosfera, e deve existir um limite necessário para poder manter o equilíbrio entre as atividades humanas e as bio-

lógicas. Quando esse limite não é respeitado, os seres vivos, seja a fauna, a flora seja o próprio homem, passam a correr riscos. Algumas espécies não conseguem sobreviver quando o ambiente é modificado, entram em fase de extinção. Desaparecem os ecossistemas quando falta a qualidade do ambiente. O próprio homem sofre com as alterações que faz no ambiente, apresentando sintomas que caracterizam certas doenças físicas ou mentais.

O turismo tem se revelado, com raras exceções, altamente predatório dos ecossistemas naturais, em função do imediato consumismo que transforma tudo em mercadoria. A implementação de infra-estruturas pesadas e inadequadas, a ocupação desordenada do litoral, os mega projetos, a especulação imobiliária, a falta de educação ambiental e de educação para o turismo vêm contribuindo para agredir a natureza. De modo geral as atividades industriais, a agricultura, a pesca e o turismo exercem demandas conflitantes com o meio ambiente. A destruição de ambientes causados por padrões inadequados de uso do espaço para o lazer e para o turismo ou qualquer outra atividade compromete, muitas vezes, não apenas o espaço local, mas espaços remotos. É o caso da erosão costeira que se estendeu por quase todo litoral do Ceará.

Lembram Sung e Silva (1995:90) que *as tecnologias até hoje empregadas têm sido adequadas ao objetivo a que a sociedade capitalista se propõe: obter lucros cada vez maiores. A questão, portanto, não é falta de tecnologias alternativas, mas em que direção deve caminhar o sistema produtivo. Sem uma mudança nesse objetivo as tecnologias ecológicas jamais serão utilizadas.* Portanto, fica difícil pensar em turismo com equilíbrio ambiental num modelo de desenvolvimento altamente contraditório como o nosso.

Moraes (1994:53) comenta algumas posturas adotadas nas políticas e nos discursos relacionados ao meio ambiente que vale considerar em relação ao turismo. Uma dessas pos-

turas é a naturalista frente ao meio ambiente. Nessa visão o homem é apenas um fator de alteração do equilíbrio do meio; a relação é vista como do homem com o meio e não com a sociedade – por isso fala de ação antrópica. Trata-se de uma postura ingênua, pois qualquer uso da natureza é resultado de determinações econômicas e políticas. Uma segunda postura é a tecnicista. Se o naturalismo perde a dimensão social da questão ambiental, o tecnicismo dilui as implicações políticas de seu manejo – como se as soluções técnicas não envolvessem decisões políticas, interesses e perspectivas conflitantes. E uma terceira postura, que pode ser vista como a antítese da anterior, trata-se da visão romântica. Se o tecnicismo nega a dimensão política, o romantismo peca por uma excessiva politização, na maioria das vezes com fundamentações frágeis e inadequadas. Nas políticas de turismo identificam-se essas posturas bem definidas, assim como nas formas de cobranças da sociedade civil com o Estado. Destacam-se especialmente aqueles grupos que se posicionam terminantemente contra o turismo, acreditando que ele só saqueia a natureza, e os que admitem toda e qualquer transformação ambiental gerada pela alocação das atividades turísticas, acreditando que a tecnologia é capaz de corrigir qualquer problema. Não se justifica mais o otimismo tecnológico, nem a ilusão de poder barrar o turismo, como forma de preservar a natureza. Essas são duas posturas extremas e, portanto, perigosas. Daí porque se devem definir os critérios de uso de técnicas apropriadas aos contextos ambientais e sociais específicos, priorizar formas e modalidades de turismo mais condizentes com o tipo de desenvolvimento que se pretende implementar.

Sachs (1986:32) lembra que “não se trata, como pretendem alguns, de salvar a todo custo os ecossistemas naturais, mas de conceber os sistemas criados pelo homem como verdadeiros ecossistemas e de zelar no sentido de que a inserção dos mesmos nos ciclos ecológicos gerais se faça de

forma a não alterar estes últimos”. Os ciclos ecológicos podem servir de modelo para o sistema econômico. Não é mais possível pensar em retornar a práticas ancestrais, pois essas certamente poderiam não satisfazer, dada sua baixa produtividade. Daí a necessidade de pensar todos os sistemas de produção, da agricultura ao turismo, todos eles, de forma ecologicamente viável.

Os modelos de desenvolvimento ou de crescimento econômicos têm estressado e saqueado a natureza, exigindo cada vez mais produção e competição. O ideal é que cada lugar pense um modelo de desenvolvimento local. Diz Sachs (1986:130) que “a história jamais forneceu modelos que devam ser reproduzidos, mas sim antimodelos que é preciso superar. Para tanto, duas condições deverão ser respeitadas: a independência intelectual e a coragem política”. Se falharmos a essa responsabilidade, as nossas pesquisas servirão de alibi e de cortina de fumaça ao ecocídio. Assim, o turismo precisa ter como base o conhecimento da dinâmica da natureza, a ecologia.

4. O turismo: de vilão a protagonista do meio ambiente

O turismo é uma atividade de lazer, que pressupõe o trabalho. É um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas, por uma diversidade de motivos, desde que nesse deslocamento haja essencialmente recreação, entretenimento, descanso, contatos culturais, relacionamentos pessoais e geração de novas amizades. Não importa qual o motivo que levou a pessoa a viajar, importa que, na viagem, teve oportunidade de realizar um pouco de lazer, descontraí-la e fazer seu entretenimento. O turismo é assim um tipo de lazer que exige viagem, mas que

exige, sobretudo, poder de consumo. Ele é um produto transformado em mercadoria, que precisa ser adquirido no mercado; portanto, assim como os demais produtos, é acessível a uns e a outros não, embora seja, em tese, direito de todos.

Quando uma pessoa viaja, tem oportunidade de conhecer novos ambientes, sejam naturais ou culturais, conhecer novos modos de vida ou culturas diferentes. Quem viaja para o campo em busca de turismo rural e de natureza vai entrar em contato com ecossistemas diferentes dos encontrados nas cidades. Por isso quem implementa o turismo seja na cidade ou no meio rural e natural também precisa compreender que essa atividade gera impactos positivos e negativos. Precisa saber gerenciar recursos de forma a evitar os impactos socioambientais indesejáveis.

Há, atualmente, uma infinidade de conceitos de turismo. Esses conceitos foram produzidos nas várias ciências que estudam esse fenômeno, como por exemplo: a geografia, a economia, a sociologia, a antropologia, sem falar dos conceitos gerados na própria ciência do turismo. Cada disciplina trabalha esse mesmo fenômeno, com abordagens diferenciadas, ou seja, cada uma vê o fenômeno pela mediação de sua teoria. Assim vamos encontrar conceitos economicistas, sociológicos, geográficos, antropológicos, conceitos voltados para critérios estatísticos e ainda conceitos oficiais, mais pragmáticos, originados nos órgãos de turismo. A complexidade da atividade vem sendo analisada nas diversas perspectivas das visões disciplinares no sentido de tornar o fenômeno mais lúcido e a atividade mais séria e mais respeitada. Assim, diz a Organização Mundial de Turismo (OMT, 1998:43) que existe “todavía un debate abierto para intentar a un concepto unívoco y estándar del turismo que quede reflejado en una definición universal”.

O conceito que a OMT tem adotado desde 1994 agrega todos os pontos positivos dos conceitos anteriormente produ-

zidos e formaliza os aspectos da atividade turística, como atividade econômica; portanto considera abordagens acadêmicas, mas prioriza aspectos pragmáticos que viabilizam a atividade. Lembra a OMT que o turismo “compreende as atividades que realizam as pessoas durante suas viagens para lugares diferentes de seu entorno habitual, por um período de tempo consecutivo inferior a um ano com fins de ócio, por negócio, e outras atividades”.

Para haver turismo tem que haver deslocamento de pessoas para fora de suas residências e a permanência nos destinos deve ter um período determinado de tempo. O turismo compreende desde os momentos da viagem até as atividades realizadas no destino assim como o percurso de regresso. A OMT (1995) “estabelece que o entorno habitual de uma pessoa consiste em uma certa área em redor de seu lugar de residência, além de todos aqueles lugares que visita frequentemente”. Portanto, o residente que se afasta para o lazer, por todo esse entorno, não é turista.

Para que haja turismo há que se conjugar o conjunto de elementos que condicionam a existência da atividade. Esses elementos são:

- *os turistas*, que formam a conhecida demanda, visto que eles utilizam os bens e os serviços turísticos;
- *a oferta*, que é formada pelo conjunto de produtos oferecidos aos visitantes, que vai dos atrativos naturais e culturais aos serviços direcionados aos turistas até a infra-estrutura de apoio ao turismo;
- *o núcleo receptor*, que é um lugar ocupado por uma população residente e é detentor da oferta turística. Os residentes, embora não sejam vistos como um dos elementos do sistema turístico, devem ser vistos como uma importante base de apoio; são eles os anfitriões, por isso devem ser incluídos nas políticas e nos planos turísticos. Atualmente, alguns países elaboram

leis indicando o tratamento que o residente deve dar ao turista, como, por exemplo, rir para o visitante. Onde há a cultura do turismo, e a educação básica é a regra fundamental do comportamento do cidadão, não há necessidade desses artificios constrangedores;

- *as operadoras de turismo*, ou seja, as empresas, as agências de viagens, as companhias de transportes, as instituições públicas e privadas que planejam, organizam e promovem o turismo.

O turista constitui a própria demanda. É uma pessoa que visita um lugar, que deseja conhecer as belezas da terra visitada, saborear da gastronomia e quer ser bem tratada. É vista como consumidor porque está comprando os serviços. O turista é, porém, mais do que um consumidor, ele não viaja só para comprar, mas para se deleitar, fazer amigos, curtir a vida. Turistas, visitantes e viajantes formam a demanda turística, mas cada um com uma especificidade. A OMT (1995) faz a diferença entre viajante e visitante. Viajante é qualquer pessoa que viaje entre dois ou mais países ou entre duas ou mais localidades do país em que reside habitualmente. Visitante é qualquer viajante relacionado com o turismo. “Paul Bowles (1949) nos oferece por exclusión, una definición muy original de turista: la diferencia entre un turista y un viajero es que mientras el primero piensa en regresar desde el mismo momento de su llegada, el viajero puede no regresar nunca. Intenta resaltar el espíritu aventurero y abierto a nuevas experiencias del viajero sin destino fijo, no sometido a los circuitos organizados del turismo moderno.” (OMT, 1998:46). Um visitante que permanece pelo menos uma noite no lugar visitado pode ser classificado como turista. Já aquele que não pernoita é classificado como visitante de um dia ou excursionista. Essa definição inclui os passageiros em cruzeiro, em iates, ou em trens. As motivações para as pessoas viajarem são muitas. Algumas ligadas à educa-

ção e à cultura, como: saber como vivem e trabalham as pessoas de outros lugares, visitar monumentos, museus e ver peças de arte, conhecer melhor o mundo, compreender melhor os acontecimentos mundiais, assistir a eventos especiais culturais ou artísticos. Outras, por prazer, assim como para escapar da rotina diária e das obrigações, fazer aventuras, visitar novos lugares, buscar novas experiências, ter aventuras românticas. Também por saúde e entretenimento, para descansar e recuperar-se do trabalho, do estresse, praticar esporte. Além disso, para viajar com família, com amigos e parentes, visitar lugares de onde procede a família. Finalmente, por esnobismo, para falar dos lugares visitados e porque está na moda. Portanto, uma das maiores motivações na atualidade vem sendo aproveitar a natureza e assim surgiram o ecoturismo e os ecoturistas, os hóspedes da natureza.

A presença do turismo ou do ecoturismo no meio natural causa impactos nos ecossistemas devido principalmente à necessidade de implementação de serviços, equipamentos, alojamentos. A ocupação turística na natureza provoca uma série de desequilíbrios na bioecologia da região. “A turistificação das paisagens ou o processo de mudança de um lugar para adequá-la à função turística, na maioria das vezes, não consegue sincronizar o ritmo e o volume da exploração dos recursos com a capacidade que o meio oferece de suportar esta exploração” – diz Salva (1996:193).

Entre as principais ações perturbadoras do ambiente natural se podem citar:

1. A proliferação congestiva de construções de todo tipo para servirem de alojamentos e permanências – hotéis, pousadas, camping, caravaning, motéis, cafeterias, restaurantes, discotecas, piscinas, marinas e de zonas comerciais, que mudam a fisionomia do lugar, alterando a paisagem e modificando simultaneamente a flora e a fauna.

2. As vias de comunicação – estradas, caminhos, trilhas, portos, aeroportos, pistas, sinaleiras.
3. Os serviços sociais – religiosos, sanitários, policiais, culturais, informativos e comunicacionais.
4. O entretenimento paisagístico – atividades no meio natural com motivação cultural, recreativa: banhos, navegação, observação da natureza, interpretação ambiental, observações de animais e da vegetação, que causam ruídos, pisoteios, mutilações do tipo coleta de flores, conchas, peixes e aves.
5. O acúmulo de restos de comida e lixo deixados nos ecossistemas que eutrofizam os biótopos, e favorecem o aparecimento de moscas, baratas, ratos, o empobrecimento dos ecossistemas, desequilibrando a cadeia alimentar e produzindo muitas vezes o crescimento descontrolado de algumas espécies dominantes.
6. As aglomerações urbanas que podem anular o valor turístico da área, pois quase sempre vêm juntas com atividades industriais e comerciais.
7. A privatização de áreas que ficam impossibilitadas ao uso público.
8. E a especulação imobiliária que, na maioria das vezes, prejudica os residentes.

Contrárias às conseqüências negativas que desvalorizam as áreas turísticas, podem-se citar outras de caráter positivo, sobretudo se associadas a uma moderada intensidade de ocupação e a uma adequada regulação do turismo, como:

1. A construção de estradas de outros meios de comunicação que permitem um acesso fácil a lugares, antes mal relacionados geograficamente.
2. O cuidado com os parques florestais e as áreas de proteção ambientais que passam a receber melhor gestão, com indicação de usos adequados e possíveis.

3. A produção de leis que regulam o aproveitamento, uso e desfrute dos recursos renováveis e põem freio à tendência de privatizar áreas destinadas ao entretenimento público.
4. A realização de campanhas educativas e da educação ambiental, que leva residentes e turistas a mudarem a mentalidade depredadora e a assumirem a idéia de que a natureza e o meio ambiente são um patrimônio comum da humanidade inteira, contra a qual, de nenhum modo, deve haver atentado.
5. As medidas de polícia para evitar a poluição, as contaminações e as degradações.
6. A limpeza das praias.
7. A coleta seletiva de lixo.
8. O uso de materiais reciclados.

Toda atividade destinada a fomentar os fluxos turísticos dirigidos para a natureza deve ser precedida de estudos e análises ecológico-turísticos que indiquem um pleno conhecimento do estado em que se encontra o núcleo susceptível de se transformar em pólo ecoturístico. Dentro desses estudos devem ser indicados os aspectos físicos, as qualidades geoambientais dos lugares, as paisagens e os atrativos naturais que podem se transformar em atrativos turísticos, a qualidade das águas, os usos recreativos atuais e potenciais. Uma vez realizados esses estudos há que se elegerem, para cada caso, as ações mais adequadas.

Para alguns núcleos ecoturísticos faz-se necessário ditar normas restritivas que reduzam os fluxos para níveis compatíveis com a conservação da natureza. Em outros casos pode-se intensificar a afluência turística dada a sua capacidade de maior suporte de carga. Na atualidade, o turismo degradante passa a ser mal visto e, portanto redirecionado, surgindo como atividade preservacionista. Assim,

“as áreas de urbanização turísticas, quer nelas predominem hotéis, residências secundárias para veraneios, campings, constituem-se em locais para onde convergem elevados volumes de mercadorias e serviços para consumo e, por conseguinte, ocorrem importantes produções de dejetos sejam sólidos e líquidos.” (BARROS. 1998: 34)

Desta forma, são áreas de grandes impactos, ou de impactos esperáveis, dada a intensidade de uso. Contudo, no estágio atual do turismo, essas áreas tendem a ser recuperadas e é exigido um uso de conservação, sobretudo nas áreas de ecoturismo, em que o nível de exigência da maioria dos turistas e das empresas que vendem o produto turístico é bem maior. Assim o turismo tende a passar de vilão a protagonista do meio ambiente. Ambientes descuidados, poluídos, sujos e feios saem do circuito turístico ou não conseguem entrar.

5. O ecoturismo e os hóspedes da natureza

Ecoturismo é uma das mais prestigiadas modalidades de turismo deste novo período histórico, chamado pós-fordista, que coloca em segundo plano os projetos de massa, ou a produção em série, o turismo de massa, e prioriza a qualidade, o trabalho personalizado, flexível e de qualidade. É nesse contexto que ressurgem o ecoturismo, respondendo às exigências da produção *just in time* e da chamada pós-modernidade. Trata-se de um turismo para pequenos grupos, realizado de uma forma mais personalizada, e que atende a estilos de vida que priorizam o homem e a natureza. Oferece ao homem uma alternativa mais autêntica de resposta às suas necessidades e expectativas, ou seja, uma experiência responsável, significativa e formativa, de grande significado, por ser capaz de en-

riquecer a existência humana. É uma viagem responsável, que procura evitar os impactos negativos sobre a ecologia, a cultura e a estética. Pode ser um turismo de conflito quando esses objetivos não estão claros. O que se busca é colocar o ecoturismo a serviço da conservação ambiental, do desenvolvimento, minimizando custos e maximizando benefícios. O ecoturista precisa pagar um alto preço por suas aventuras, pelos riscos que causa aos ambientes, quase sempre com danos. Esse preço elevado ajuda a diminuir o risco da descaracterização. Deve-se evitar a admissão de qualquer turismo ligado à natureza como ecoturismo, como querem muitos vendedores de pacotes turísticos.

Embora as origens do ecoturismo sejam mais evolutivas que revolucionárias, ele retorna na atualidade, com novas exigências. Afirmando Lindberg e Hawkins (1995:15)

“que os visitantes que, há um século chegaram em massa aos parques nacionais de Yellowstone e Yosemite foram os primeiros ecoturistas. Os viajantes pioneiros que se embrenharam por Serengeti há 50 anos e os aventureiros caminhantes do Himalaia que acamparam no Anapurna 25 anos mais tarde eram tão ecoturistas quanto os milhares que hoje fotografam os pingüins da Antártida, acompanham a migração em grupo de Belize ou dormem nas habitações comunitárias dos nativos de Bornéu.”

Conservar é usar racionalmente, é proteger. Preservar é não usar o recurso, é a proteção total. No ecoturismo deve haver além da conservação, essa proteção, o que equivale a apenas contemplar e observar a natureza. O lazer em áreas preservadas, com limitações de usos, por serem ecossistemas de grandes fragilidades, só pode proporcionar ao homem momentos de contemplação e oportunidade de encontro consigo mesmo.

O ecoturismo é uma modalidade de turismo dirigido a grupos especiais, evitando grandes concentrações e, sobretudo, integrando o turismo como atividade econômico-social ao meio ambiente natural. O ecoturista não é um turista qualquer, mas aquele turista que gosta de viagem para contato com a natureza, gosta de ver fauna e flora e de conversar com o povo visitado. O turista urbano que gosta de cidade grande não consegue curtir a natureza, se cansa rapidamente, no contato com a flora e a fauna. Quer ver a natureza apenas para registrar, muito rapidamente se aborrece com a rotina ou monotonia das paisagens e quer voltar. O ecoturista não, esse gosta de ver, observar a natureza, sabe valorizar a cultura local, ou o modo de vida das comunidades visitadas. "Possui elevada consciência ambiental, busca experiências únicas que mantenham os recursos ambientais e socioculturais, procura integração com as comunidades e tem a expectativa de que a atividade realizada venha contribuir para o desenvolvimento da região" (FERREIRA e COUTINHO, 1999:23). Portanto, o ecoturista é um tipo de turista especial. É aquele que não pensa apenas em separar seu tempo livre de seu tempo de trabalho, ou aquele que transforma seu tempo livre numa válvula de escape das tensões urbanas, mas uma pessoa que, por meio de experiências com o meio ambiente, dá sentido e conteúdo a sua vida e enriquece sua própria existência.

O ecoturismo é uma forma de valorizar o patrimônio natural, histórico cultural e a participação das comunidades locais. É o turismo motivado pela valorização ambiental e pela descoberta da natureza como valor estético transformado em ativo ambiental. Pode ser implementado como alternativa de inserir o turismo no modelo de desenvolvimento sustentável. É um tipo de turismo que pode ser realizado em áreas naturais protegidas, ou seja, em unidades de conservação ambientais, mas também em áreas naturais não reconhecidas como unidade de conservação, em lugares onde o visitante possa ter oportunidade de usufruir patrimônios naturais e culturais.

Por ecoturismo deve-se entender "a atividade de lazer voltada para a valorização do ócio, em que o homem busca, por necessidade e por direito, a revitalização da capacidade interativa e do prazer lúcido nas relações com a natureza". É assim que Quintão (1990:33) entende essa atividade que deve ser inserida em um modelo de desenvolvimento ecologicamente sustentável. O ecoturismo é uma atividade de baixo impacto ambiental, realizado por pequenos grupos, com possibilidade de sustentação econômica para as unidades de conservação ambiental, uma alternativa para as economias locais que desenvolvem agricultura familiar, extrativismo, pesca artesanal e outras atividades ligadas à natureza. É o turismo que atende às exigências da ecologia, integrando lazer, cultura e natureza. É uma atividade de lazer voltada à valorização do ócio e da natureza, quando o homem busca por necessidade e por direito a revitalização da capacidade de interpretação ambiental, do prazer lúdico nas relações com a natureza.

Os recursos naturais ou "ativos naturais" segundo Tolmasquim (1998:324) "designam a classe de bens que não são produtíveis pelo homem. Alguns são bens públicos, ou bens de consumo tipicamente não-rivais, de maneira que o consumo de um bem por um indivíduo não impossibilita que outra pessoa também o consuma, ou seja, todos os membros do grupo podem compartilhar simultaneamente dos mesmos benefícios. A exclusão nestes casos é indesejável e muitas vezes impraticável". Um exemplo de consumo de bens públicos é o do ar que respiramos e das paisagens naturais para o uso no turismo ou ecoturismo. No ecoturismo precisa haver a gestão dos recursos naturais, que implica a luta contra o desperdício, as formas e as estruturas de consumo, a durabilidade dos bens, a ordenação do território, a organização das atividades econômicas e a escolha das tecnologias empregadas. Deve haver sempre uma avaliação das técnicas utilizadas, dos impactos sociais e ecológicos, seja pelo volume de recursos

afetados, seja pela mudança que poderá provocar nas estruturas socioeconômicas e nos estilos de vida locais. Deve ser estudada a fragilidade ecológica da área aonde o turismo irá se implantar, a fim de evitar comprometê-la.

O turismo copiou os mesmos erros do modelo econômico, da economia de mercado: concentração, lucro, ganância, privatização, segregação e degradação. E isso terminou por desgastá-lo. Portanto, é preciso atentar para o que diz Good (apud LINDENBERG e HAWKINS, 1999:207): “para se aproximar da natureza e começar a compreender seus segredos, é preciso abandonar as formas, as texturas e o aspecto dos produtos industrializados e ignorar as flutuações do mercado imobiliário”. O ecoturismo foge ao padrão do turismo tradicional, fordista e constrói um padrão orgânico, solidário.

O mercado não tem tido condições de regular o uso do meio ambiente e, portanto, o valor de uso que cada indivíduo atribui ao meio ambiente não tem representado um valor que os empresários do turismo tenham considerado. Ou seja, existem valores ambientais relacionados à própria existência da natureza e ao simples valor de uso que não são captados pelos agentes econômicos que visam apenas ao valor de troca, à maximização do lucro e ao imediatismo. Nesses casos, faz-se necessária a intervenção governamental. E quando essa intervenção não aparece, porque muitas vezes os governos estão aliados à visão empresarial, a sociedade é que deve atuar. Assim, as políticas públicas ambientais terão que administrar os conflitos de interesses entre os consumidores do meio ambiente e o restante da sociedade.

Afirma Sachs (1986:134) que “faltam indicadores apropriados para monitorar a ‘taxa de exploração da natureza’ e a incorporação no fluxo no PNB do estoque de recursos não renováveis, assim como para descrever os custos humanos, psicológicos e sociais do crescimento econômico”. No ecoturismo e em outras atividades econômicas esses custos não têm

sido computados. As descaracterizações das paisagens, os aterros dos manguezais, a poluição das praias, a contaminação das águas, a desativação das profissões tradicionais dos núcleos turísticos, como a pesca, a agricultura ou a marginalização do homem do processo de desenvolvimento não têm sido computados. Há que se fazer uma avaliação desse tipo de desenvolvimento e as populações locais envolvidas nesses processos são as mais indicadas para fazerem essa tarefa.

No ecoturismo há um contato direto do visitante com a natureza, para uma interpretação ambiental, oportunidade em que o ecoturista observa os fenômenos da natureza, conhece melhor essa dinâmica e recupera o sentimento perdido de também pertencer à natureza. Abandona a idéia de dominar a natureza e assume a postura de integrar-se a ela. Vivencia uma prática ecológica de interação com a natureza. Assim, ecoturismo é a relação prática da ecologia com o turismo. Ecoturismo é uma viagem que conjuga os princípios da ecologia com os princípios do turismo. A essência do turismo é o entretenimento ou o lazer e a essência da ecologia é a conservação ambiental. Portanto, no ecoturismo deve existir uma viagem para o entretenimento ou lazer em contato com a natureza, conservando-a.

A Embratur (1994:19) conceitua o ecoturismo “como um segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentável o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem estar das populações envolvidas”. A Embratur deixa clara a intenção do ecoturismo: formar a consciência ecológica e promover o bem estar das populações visitadas. O ecoturismo ressurgiu exatamente com as críticas ao modelo de desenvolvimento capitalista, após a tomada de consciência de que o planeta corre perigo e de que é possível construir outros tipos de desenvolvimento. A tomada de consciência dos problemas am-

bientais aparece como causa e sintoma dessa mudança na forma de pensar a natureza, exigindo mudanças nas atividades humanas. Surge assim, essa nova proposta de turismo, que acredita na dimensão socioambiental, com a intenção de harmonizar a gestão racional do ambiente. O ambiente é, na realidade, uma dimensão do desenvolvimento e isso passa a ser básico para o desenvolvimento do ecoturismo.

A economia do meio ambiente se desenvolveu conforme Barde (1992 apud TOLMASQUIM, 1998:326), principalmente, “em direção à elaboração de técnicas de valoração em termos monetários dos problemas do meio ambiente e da aplicação da análise custo benefício”. Essa análise deve julgar a validade econômica dos projetos de ecoturismo e, segundo Tolmasquim (1998:327), “deve corrigir os preços dos bens e serviços comercializáveis a fim de que eles possam refletir as raridades e as preferências, avaliar monetariamente os efeitos fora do mercado para levar em conta a totalidade dos fatores de utilidade”. Nessa linha de raciocínio, o ecoturismo é sempre visto como oportunidade para valorar as paisagens cênicas e os chamados benefícios são as justificativas para os impactos. Os benefícios são sempre considerados de maiores pesos. Raramente se verifica o contrário e dificilmente se deixa de implementar atividades por causa da conservação do meio ambiente. Os empresários sempre encontram razões para justificar os usos do meio ambiente.

O certo é que a fragilidade das teorias e explicações científicas e, sobretudo, dos instrumentos de intervenções contribuiu para ampliar os impactos da crise ambiental. A problemática do meio ambiente não pode ser restringida às questões ambientais. Também não é mais possível estimular apenas a produtividade e a competitividade, sem considerar os efeitos poluidores do meio ambiente e devastadores da estrutura social. Os atuais modelos de desenvolvimento pedem modificações

rápidas e estruturais que considerem as relações dos homens entre si e com a natureza. Daí, Quintão (1990:33) lembrar que

“a integração entre o turismo e o meio ambiente deve ter um sentido profundamente ético e pedagógico: os recursos naturais estão disponíveis para o benefício também do homem, que ao fazer uso deles tem a responsabilidade de conservá-los, não apenas porque outros desejam fazer o mesmo, mas, e principalmente, porque os ecossistemas naturais são frágeis, e sua renovação em alguns casos se dá ao longo de milhares de anos, quando determinados fatores não se perdem definitivamente.”

A ecologia passa a ser a base e a estrutura dessa nova forma de turismo. O ecoturismo é um tipo de turismo que tem lugar em ecossistemas ou ambientes naturais, que está orientado a favorecer conhecimento e aprendizagem sobre a natureza. É possível distinguir alguns tipos básicos de instrumentalização e operacionalização de ecoturismo.

Um deles surge como uma opção a mais para os turistas tradicionais. Os turistas que gostam de praia, de turismo urbano, podem escolher um dia, uma excursão ecoturística a uma serra, um parque, embora nos outros dias prefiram selecionar atividades próprias do turismo de massa, porque é desse que eles gostam. Na realidade a motivação principal desses turistas não se relaciona com o ecoturismo. O ecoturismo é apenas mais um tipo de consumo, uma nova ou diferente oferta, um produto a mais no mercado tradicional.

O segundo modelo de ecoturismo é uma opção para turistas especiais, os amantes da natureza, os ecoturistas e não simplesmente turistas. Tem lugar em espaços naturais protegidos, são visitados por turistas com motivações ecológicas, relacionadas com o funcionamento dos ecossistemas, que vão em busca de observações, aprendizagem e desenvolvimento pessoal.

Exige das empresas guias altamente especializados, capazes de explicarem a dinâmica da natureza e dos ecossistemas visitados. É um tipo de turismo que exige uma base científica e banco de dados para disponibilizar informações. Portanto, é um tipo de turismo que não pode ser dirigido a mercado massivo. Esse é o ecoturismo autêntico. Exige também suporte como alojamentos, transportes, planejamento e marketing, mas com características e controles especiais. É sempre um turismo mais caro que o turismo de massa, e as taxas pagas devem servir para a manutenção dos ecossistemas. Essas altas taxas devem ser pagas sem reclamação, porque se sabe que elas se reverterão em cuidados e zelos pela proteção ambiental.

Um terceiro modelo trata-se apenas de um rótulo, que é dado a qualquer turismo tradicional de massa, realizado em áreas naturais e até culturais, apenas com fins comerciais. O ecológico utilizado nesses tipos de pacotes tem apenas a pretensa função moralizante de que fala Yázigi.

Assim, há duas idéias bem claras a respeito do ecoturismo. A primeira remete a um conjunto de princípios aplicáveis a quaisquer viagens que se relacionem com a natureza, de uma forma mais livre; e a segunda remete a um maior rigor no contato com a natureza, ao ecoturismo propriamente dito. Assim, o ecoturismo pode ser realizado com interesses variados. Por exemplo, com turistas curiosos, que apenas querem ver a natureza de forma rápida, pois não estão dispostos a gastar energia e tempo vendo natureza, animais e plantas. Ou com outro grupo de turistas que possui conhecimento especializado, interesse pelas unidades de conservação ambiental, está disposto a fazer exercício físico e ter uma permanência maior na área visitada, para ter mais tempo de perceber a paisagem. O ecoturismo de rótulo nem deveria ser chamado de ecoturismo, porque se trata apenas de um apelo ideológico ao verde.

Os estudos sobre o tema levam a definir como turismo ecológico todo e qualquer turismo, seja urbano ou de massa,

seja de natureza ou áreas urbanizadas, desde que conserve os ambientes visitados, que evite degradar e poluir as cidades, procure conservar ruas, praças, museus, áreas visitadas. E como ecoturismo o turismo em contato com a natureza, podendo ser realizado de forma branda ou rígida. O rígido seria o ecoturismo propriamente dito.

Figueiredo (1999:56), estudando o ecoturismo na região norte, sobretudo, na Amazônia, lembra que nessa atividade “se tem que considerar a localização das áreas para essa prática, que devem ser distantes do meio urbano/industrial; devem-se planejar os roteiros e as atividades como: observar, fotografar, visitar, proteger, conservar, conscientizar, reunidas sob o nome de Educação Ambiental”. Elizabeth Boo (1992:7) mostra algumas vantagens do ecoturismo afirmando que “através dele se têm criado áreas de proteção, parques e reservas, bem como a ampliação dos fundos para investimento e proteção dessas áreas. Tem surgido diversão e lazer para os residentes locais, fixando essa população no meio rural, por criar mais contato e empregos, como também a própria revitalização de certas zonas rurais e a reabilitação e a proteção ao patrimônio”. O ecoturismo tem proporcionado a educação ambiental à população local e aos turistas alertando para os riscos que correm os ecossistemas e afirmando a identidade cultural dos residentes.

O ecoturismo exige equipamentos específicos como trilhas interpretativas, mirantes, guias especializados, pequenos grupos, áreas conservadas e protegidas, cumprimento e respeito aos princípios da sustentabilidade, experiência agradável de vivência com a natureza, sistema administrativo com gestão da unidade de conservação. Integra equipamentos turísticos ao meio ambiente mediante uma arquitetura adaptada como, por exemplo, os lodges, hotéis de selva, pousadas flutuantes, barcos turísticos, centro de pesca, delimitação de áreas de mergulho aquático, fluvial e náutico, dentre outros.

A interpretação ambiental é uma técnica didática, flexível e moldável às mais diversas situações ambientais, que busca explicar os fenômenos da natureza para os ecoturistas em linguagem adequada e acessível, utilizando os mais variados meios auxiliares para esse fim. É realizada com o apoio de biólogos, geógrafos, ou profissionais da ciência da natureza que assistem ao ecoturista de modo sutil, ajudando na interpretação, no entendimento, na cognição das paisagens, de modo que a vivência seja uma experiência rica e, sobretudo, agradável. Contudo, o ecoturismo quer realizado em áreas protegidas legalmente, quer em áreas que não possuem nenhuma proteção oficial, deve ser controlado pelos governos, empresas privadas, comunidades locais, organizações não-governamentais, para evitar impactos ambientais e sociais.

Referências Bibliográficas

- BARRETO, Margarita. O grand tour revisitado. In: CORIOLANO, Luzia Neide M.T. *Turismo com ética*. Fortaleza: FUNECE, 1998.
- BARBIERI, J. C. *Desenvolvimento e meio ambiente*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- BARROS, N. C. Crócia de. *Manual de geografia do turismo*. Meio ambiente, cultura e paisagens. Recife: Ed. Universitária UFPE, 1998.
- BENEVIDES, Ireleno P. Planejamento governamental do turismo: meio ambiente construído e desenvolvimento no Nordeste. In: LIMA, L. C. *Da cidade ao campo: a diversidade do saber-fazer turístico*. Fortaleza: FUNECE-BNB, 1998.
- BOFF, L. *Saber cuidar*. Ética do homem – compaixão da Terra. Petrópolis: Vozes, 1999.
- BOO, Elizabeth. O planejamento ecoturístico para as áreas protegidas. In: LINDENBERG, K., HAWKINS, Donald.

- Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão*. São Paulo: Senac, 1995.
- CAVALCANTI, A. P., BRITO, E., RODRIGUEZ, J. M. M. O meio ambiente: histórica contextualização. In: CAVALCANTE, Agostinho B. *Desenvolvimento sustentável e planejamento*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1997.
- CARNEIRO SOBRINHO, Raimundo N. *O turismo e o desenvolvimento econômico*. Fortaleza: BNB, 1995. (Inédito).
- CASTRO, Cláudio de M. *Educação brasileira: consertos e remendos*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- CORIOLANO, Luzia Neide M. T. *Do local ao global: o turismo litorâneo cearense*. Campinas: Papyrus, 1998.
- _____. Turismo e degradação ambiental no litoral do Ceará. In: LEMOS, Amália, I. G. *Turismo: impactos socioambientais*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- DORST, Jean. *Antes que a natureza morra*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.
- EMBRATUR. *Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo*. Brasília: Embratur, 1994.
- FERREIRA, L. F., COUTINHO, M. do Carmo B. Capacitação profissional em planejamento estratégico para o ecoturismo. *Turismo em análise*, v. 10, n. 2, nov. 1999.
- FIGUEIREDO, Silvio L. *Ecoturismo, festas e rituais na Amazônia*. Belém: NAEA / UFPA, 1999.
- GOVERNOS dos estados do Nordeste. *Iniciativa pelo Nordeste: uma estratégia de desenvolvimento competitivo*. Brasília, set. 1997.
- LINDBERG, Kreg, HAWKINS, Donald. E. *Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão*. Tradução: DARIN, Leila Cristina. São Paulo: Sena, 1995.
- MOLINA, Sérgio E. *Turismo y ecología*. México: Trillas, 1994.
- MORAES, Antônio Carlos Robert. *Meio ambiente e ciências humanas*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- ORGANIZACIÓN Mundial del Turismo. OMT. *Introducción al turismo*. Madrid: OMT, 1998.

- _____. *Recomendaciones sobre estadística del turismo*. Madrid: OMT, 1996.
- _____. *Concepts, definitions and classifications for tourism statistics: a technical manual*. Madrid: OMT, 1995.
- QUINTÃO, Aylê F. Ecoturismo: uma alternativa do novo modelo de desenvolvimento. *Boletim Brasil Florestal*, n. 69. Primeiro Semestre, 1990.
- SACHS, Wolfgang. Meio ambiente. In: SACHS W. *Dicionário do desenvolvimento*. Tradutores: Joscelyne V. L. M., Clasen, J. A., Gialokai, S. Petrópolis: Vozes, 2000.
- SACHS, Ignacy. *Ecodesenvolvimento, crescer sem destruir*. São Paulo: Vértice, 1986.
- SALVA, P. Las implicaciones socioculturales del turismo en el mar Mediterráneo. In: LEMOS, A. I. *Turismo e impactos socioambientais*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SILVA FILHO, Guerina E. 100 anos de deseducação. *Revista Economia e Mais*, ano III, n. 27, Fortaleza, maio 1999.
- SOUZA, Marcos José Nogueira de. Nordeste brasileiro: contextualização geoambiental e impactos no equilíbrio da natureza. *Nordeste, turismo e meio ambiente*, João Pessoa: UFPB/AGB, 1997.
- SUNG, Jung Mo, SILVA J. C. *Conversando sobre ética e sociedade*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- TOLMASQUIM, M. T. Economia do meio ambiente: forças e fraquezas. In: CAVALCANTI, Clovis. *Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Editora Cortes / Fundação Joaquim Nabuco, 1998.
- VERNIER, Jacques. *O meio ambiente*. Campinas: Papyrus, 1994.
- VOGELER, Carlos, HERNADEZ, Enrique Armana. *Estructura y organización del mercado turístico*. Madrid: Centro de Estudios Ramón / Areces. S.A, 1997.
- YÁZIGI, Eduardo. *Turismo: uma esperança condicional*. São Paulo: Plêiade, 1998.

Resumo

O artigo mostra as oportunidades de um desenvolvimento sustentável através da educação e do ecoturismo no Nordeste, com uma abordagem sobre os incentivos ao turismo. A questão do ecoturismo é apresentada como alternativa ao turismo predatório, ligado à educação ambiental e alerta aos turistas sobre os riscos que correm os ecossistemas, além de afirmar a identidade cultural da população local.

Trata-se do turismo motivado pela valorização ambiental e pela descoberta da natureza como valor estético transformado em ativo ambiental. É um tipo de turismo que pode ser realizado em áreas naturais protegidas, mas também em áreas naturais não reconhecidas como unidade de conservação, em lugares onde o visitante possa ter oportunidade de usufruir patrimônios naturais e culturais. Por causa disso, conclui-se que o ecoturismo deve ser controlado pelos governos, empresas privadas, comunidades locais, organizações não-governamentais, para evitar impactos ambientais e sociais.